

**UNACON**  
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE

CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE



Três décadas de história na construção  
de um Brasil mais justo e eficiente



# Finanças & Controle

— E S P E C I A L —

**Carreira  
de Finanças  
e Controle**

**30**  
**ANOS**





**Rudinei Marques**

Presidente do Unacon Sindical



**A superação está  
inculpada a ferro e  
a fogo na história da  
carreira de Finanças  
e Controle”**

# Finanças e Controle: Presente, Passado e Futuro

**D**eterminação e competência – duas palavras para resumir a história construída ao longo desses 30 anos de relevantes serviços prestados ao país. Desde a origem, a carreira de Finanças e Controle percorre um itinerário de lutas e de superação, construído no dia a dia de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle que abraçaram a nobre missão do serviço público brasileiro.

As dificuldades ficam evidentes quando se observa as áreas de atuação da carreira, eminentemente ligadas à defesa do patrimônio público e à busca do equilíbrio fiscal e da eficiência da gestão. Se, por um lado, Auditores e Técnicos sofrem pressões dos setores interessados em interferir na alocação dos recursos da União, por outro, não são menos rechaçados por aqueles sempre ávidos em malversar o dinheiro público. Por isso, o esforço pela construção de uma carreira sólida, com atribuições bem definidas e com independência funcional tem sido uma constante ao longo desse período.

Mas se a carreira cresceu e se consolidou ao longo desses 30 anos, foi porque houve precursores de elevado espírito público, verdadeiros visionários que trabalharam com vigor para dotar o Estado de profissionais de excelência, capazes de conduzir com maestria a gestão do Tesouro Nacional e as funções do Controle Interno Federal. Alguns desses quadros, gentilmente concederam entrevistas para abrilhantar a presente publicação.

O Unacon Sindical cresceu e se fortaleceu juntamente com a carreira e com as instituições em que atua. Foram as lutas sindicais que nos levaram a um patamar remuneratório condizente com a complexidade das nossas atividades. Foi o Sindicato que, mais recentemente, inscreveu em lei, de forma exaustiva, as atribuições dos cargos. Também foi o Sindicato que ergueu, em momentos críticos, o braço forte em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Outros desafios se vislumbram no horizonte. A consolidação do arcabouço legal da CGU e da STN; a manutenção da paridade remuneratória entre ativos e inativos – sempre atacada pelos governos do momento; a exigência do cumprimento do acordo firmado com o Estado brasileiro, no que tange à escolaridade superior para ingresso no cargo de TFFC; a fixação, em lei, de prerrogativas exclusivas do cargo de AFFC; a definição da carreira como de caráter exclusivo de Estado. Enfim, esses são alguns dentre muitos desafios que teremos pela frente. E que certamente serão vencidos, pois a superação está insculpida a ferro e a fogo na história da carreira de Finanças e Controle.

Boa Leitura!

### Diretoria Executiva Nacional

**Rudinei Marques**

Presidente

**Márcia Uchôa**

Vice-Presidente

**Daniel Lara**

Secretário Executivo

**Filipe Leão**

Diretor de Finanças

**Roberto Kodama**

Diretor de Assuntos Jurídicos

**Estevam Barbosa**

Diretor de Filiados

**Júlio Possas**

Diretor de Comunicação Social

### Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos, Laura Márcia de Souza Lima Safi, Maria da Conceição Geraldo. (Suplente) José Osmar Monte Rocha

### Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

### Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio, Frederico Carlos Janz- Godofredo da Silva Neto, Jose Marcos dos Santos, Manoel Messias de Jesus, Patrícia Gebrim, Zeles de Oliveira Flor

### Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann de Almeida - PR, Adelton Vilhena Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Antônio José da Silva - RN, Antônio Roberto da Silva - SC, Armando Gonçalves de Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ, Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Colaço dos Santos - MG, Julia Oliveira Souza - PB, Luiz Roberto de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Reonauta da Silva Souza Júnior - SE, Romualdo Anselmo dos Santos - BA, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Valério Jordão Barbosa - RO, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

### Expediente

**Edição Especial - Finanças e Controle**  
**Carreira de Finanças e Controle - 30 anos**  
2017, Edição XXV

Produção: Comunicação Unacon Sindical  
Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)  
Textos: Nayara Young (9.397/DF) e Juliana Martins (11.120/DF)  
Diagramação: Marcelo Rubartelly  
Fotos: Nayara Young e Juliana Martins  
Tiragem: 6 mil exemplares

Unacon Sindical  
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF CEP: 70753-530  
Fone: (61) 2107-5000  
www.unacon.org.br  
E-mail: unacon@unacon.org.br  
Facebook: www.facebook.com/UnaconOficial

# Sumário

# 5

## Editorial

Carreira de Finanças e Controle: Presente, Passado e Futuro



# 24

## Andréa Calabi

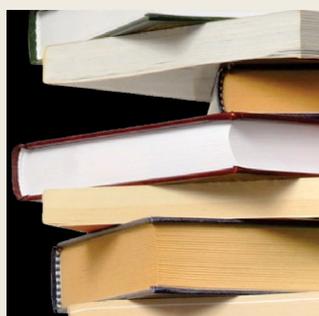
Primeiro secretário do Tesouro relembra criação da carreira de Finanças e Controle



8

## Fazendo História

Como a unidade dos servidores determinou o fortalecimento da carreira de Finanças e Controle



28

## Na Estante

Carreira se destaca na publicação de livros especializados



15

## Linha do Tempo

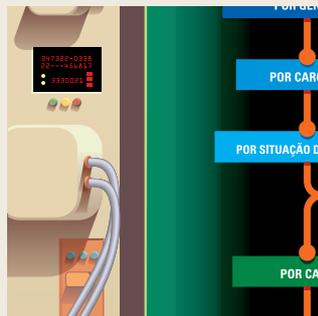
Acompanhe a evolução da carreira a partir da cronologia de fatos e eventos dos últimos 30 anos



31

## Como falar de finanças sem controle, e vice-versa?

Artigo do AFFC Marcus Vinicius de Azevedo Braga



18

## Raio-x

A carreira traduzida em números e estatísticas que traçam um panorama detalhado de sua estrutura



20

## Mulheres no Controle e nas Finanças

Auditoras e Técnicas destacam-se na atuação contra a corrupção e na gestão das contas públicas

34

## Agradecimentos



30 anos ///



# Fazendo História

Como a unidade dos servidores determinou o fortalecimento da carreira de Finanças e Controle

**A** persistência é o caminho do êxito. A citação atribuída a Charles Chaplin ajuda a compreender a história da carreira de Finanças e Controle. A dedicação é um traço marcante no perfil dos servidores que defenderam, há 30 anos, a aprovação do Decreto-Lei 2.346/1987. Não foi fácil, mas a determinação das pessoas que abraçaram essa luta foi fundamental para a superação das adversidades e a consolidação da carreira como uma das mais importantes da Esplanada dos Ministérios.

A percepção de que era preciso criar uma carreira específica de Finanças e Controle surgiu em 1986, no ano de criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Inúmeras reuniões e projetos foram realizados antes da concretização desse sonho. Em um ano e meio, foram elaboradas mais de dez propostas. Mas a luta não encerrava com a publicação do Decreto.

Por sorte, o grupo de servidores que deu início a essa história saía mais forte com a primeira vitória. Juntos, driblaram a falta de orçamento com criatividade

e muito esforço. “A gente corria atrás de recurso para capacitação. E brigamos muito. Apresentamos milhões de estudos para conseguir autorização de concurso público e notas técnicas para justificar nossos pleitos”, recorda a Auditora Federal de Finanças e Controle (AFFC) Elaine Bicalho, uma das integrantes da primeira formação do grupo de representantes do Tesouro.

Nada teria sido realizado sem integração. “Fui testemunha dessa corrida por melhorias para a carreira. Essa união resultou em muitas amizades. Trouxe para minha vida pessoal coisas que fiz nessa época”, afirma Nádia Maria de Souza, Técnica Federal de Finanças e Controle (TFFC).

Elaine relembra a busca pela qualificação dos cargos por meio de parcerias com renomadas instituições de ensino superior. A articulação resultou em conquistas como o MBA em Dívida Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV).



## Optei pela carreira de Finanças e Controle para demonstrar que eu não estava de passagem, e que tinha ido pra ficar”

Domingos Poubel foi cedido para o Tesouro para implementar o Siafi

“Os servidores queriam que o órgão fosse forte, então fomos atrás de programas de pós-graduação. A partir da qualificação da carreira, começamos a ter mais atribuições e, conseqüentemente, uma melhoria na remuneração”, explica.

Em pouco tempo, a força de trabalho da carreira de Finanças e Controle começou a ser disputada na Esplanada. O resultado não podia ter sido outro. “Viramos referência. Os órgãos buscavam servidores qualificados no Tesouro”, recorda Elaine.

Esse reconhecimento persiste até hoje. Mas para entender como tudo isso foi realizado, é preciso conhecer um pouco mais a história da carreira de Finanças e Controle. Alguns marcos importantes ajudam a entender o êxito dessa trajetória.

### TRANSPOSIÇÃO

A competência técnica dos servidores de outros órgãos que estavam cedidos para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi quase toda aproveitada. O Decreto-Lei 2.346/1987 previa a possibilidade de migração para a carreira de Finanças e Controle por meio de transposição. Na época, funcionários do Banco do Brasil, do Banco Central e do Serpro foram escalados para auxiliar na gestão do caixa do Governo e na auditoria dos gastos da União. O ingresso era mediante aceite de Termo de Opção e aprovação em processo seletivo interno.

O AFFC Domingos Poubel era analista do Banco Central e foi cedido para o Tesouro para implementar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). “Optei pela carreira de Finanças e Controle para demonstrar que eu não estava de passagem, e que tinha ido pra ficar”,

afirma com orgulho. O interesse em atuar no controle e seu conhecimento técnico foram decisivos em sua escolha. Em 1975, desenvolveu sistema similar para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O mesmo trabalho foi realizado no Serpro, em 1982. “Minha intenção era levar essa experiência para o Governo”, revela.

A opção pela transposição para a carreira de Finanças e Controle também foi dada para quem atuava nos ministérios. Nessa época, o AFFC Valdir Agapito era secretário de Controle Interno (SCI) do Itamaraty. “O primeiro grupo de transposição foi pequeno. Das 80 pessoas que trabalhavam comigo na Ciset Itamaraty, menos de 10 atendiam aos requisitos da transposição”, recorda Agapito que completa, em março de 2018, 40 anos de atuação no controle. Nos ministérios era necessário ser técnico ou auxiliar de contabilidade concursado para ter direito à transposição.

Mesmo com o aproveitamento de pessoal, o efetivo ainda não era suficiente. Para suprir essa necessidade, foi realizado o primeiro concurso público, em 1989. No entanto, por causa do salário pouco atrativo, os aprovados não permaneciam muito tempo no cargo. Já no Plano Real, em abril de 1994, o vencimento básico dos Auditores (na época Analistas) e Técnicos era de R\$358 e R\$ 177, nesta ordem. A precisão da informação é de Paulo Godoy. “Fizemos tantos estudos pra dizer que precisávamos reter os servidores que gravei esses dois números”, conta. Paulo está na carreira há 24 anos. Primeiro passou no concurso para Técnico, em setembro de 1993, e depois no concurso de Analista, em 1994.

A evasão persistiu por algum tempo. O concurso para 500 vagas realizado em 1992 teve menos de 420 aprovados,

dos quais, somente 300 concluíram o curso de formação. Diante desse cenário, a luta por melhorias para a carreira é travada novamente.

## GRATIFICAÇÃO

Unida pela insatisfação com a carência de pessoal e a baixa remuneração, a carreira dá início a um movimento grevista dois dias após Murilo Portugal assumir como secretário do Tesouro.

Realizada em março de 1994, a greve, que teve 42 dias de duração, apresentou bons resultados, como a conquista da Gratificação por Desempenho de Produtividade (GDP) pela Medida Provisória MP 745/1994, convertida na Lei 9.625/1998. “É sempre difícil ter uma greve no serviço público, principalmente no Tesouro que é um órgão encarregado de zelar pela austeridade e dar o bom exemplo. Fiz a mediação com o Sindicato e assumi o compromisso de encontrar uma solução, não de aumento geral, mas de fazer uma remuneração variável por desempenho”, recorda Portugal. O Sinatêfic – hoje Unacon Sindical – foi criado em 24 de maio de 1989. Um ano depois da fundação da Unacon Associação, em abril de 1988.

Com a GDP, parte da remuneração dos servidores era proporcional à produtividade. As metas mudavam a cada seis meses. O sistema foi copiado por outros órgãos, como a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “mas nunca funcionou tão bem em outros órgãos como no Tesouro”, avalia Portugal. Talvez pelos resultados registrados. A AFFC Elaine Bicalho garante que, com a GDP, a retenção dos quadros foi significativa. “Antes, a evasão chegava a 80%”, afirma.

“No início, a gratificação no Tesouro chegava a representar até 70% da

remuneração. Batalhamos muito para conseguir diminuir esse percentual. O apoio de Portugal, que sempre comprava as nossas ideias, foi muito importante”, recorda Elaine.

A Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão (GCG) substituiu a GDP em 2001, com a publicação da Medida Provisória MP 2.136-35, de 23 de fevereiro, em uma tentativa de reduzir os percentuais de remuneração variável.

Depois de muita luta, em 2008, a remuneração por subsídio substituiu a GCG garantindo a paridade entre ativos e aposentados. “A criação de gratificações em percentuais diferentes para ativos e inativos é a derrocada da paridade. Os aposentados saem perdendo, e como todo mundo que está na ativa será aposentado um dia, todos perdem”, avalia o AFFC José Alves Sena. Fundador do Unacon, Sena é uma das figuras mais atuantes da história da carreira de Finanças e Controle.

## CONTROLE INTERNO

A estrutura das Secretarias de Controle Interno (Cisets) foi transferida para o Ministério da Fazenda por meio do Decreto 91.150, de 15 de março de 1985, com a criação da Secretaria Central de Controle Interno (SECIN). Um ano depois, o Decreto 92.454, de 10 de março de 1986, extingue a SECIN e cria a STN. As Cisets são incorporadas pela nova Secretaria com algumas adaptações.

Com a mudança, o corpo técnico das setoriais é transferido para a estrutura física do Tesouro e redistribuído em comissões e os Secretários de Controle Interno (SCI) ganham status de assessor de cada ministério. A vinculação e a sede das Cisets permanecem no Tesouro até a criação da Secretaria Federal de Controle (SFC), em 1994.



**Fui testemunha dessa corrida por melhorias para a carreira. Essa união resultou em muitas amizades. Trouxe para minha vida pessoal colegas que fiz nessa época”**

**Nádya Maria de Souza, Técnica Federal de Finanças e Controle (TFFC)**

## 30 anos ///

### FEDERAL DE CONTROLE

A Secretaria Federal de Controle (SFC) surgiu a partir da percepção de um possível conflito de interesses apontado por Domingos Poubel. Por acreditar que o órgão que libera os recursos não pode ser o mesmo que controla a execução, Poubel esteve à frente da criação da Federal de Controle. Sua atuação lhe rendeu um convite para assumir a pasta.

O debate durou oito anos. A Medida Provisória 480, de 27 de abril de 1994, que criava a SFC e dava outras providências, foi reeditada 88 vezes antes de virar a Lei 10.180, em 6 de fevereiro de 2001.

Ainda assim, Poubel afirma que não houve dificuldade durante esse processo. “Sempre vi oportunidade de crescimento e de melhoria quando alguma coisa aparentemente se complicava”, recorda. Sobre a manutenção da unidade da carreira com a criação da SFC, é categórico: “Essa separação foi apenas de funções. A carreira é feita de pessoas”, diz. A Federal de Controle permaneceu vinculada ao Ministério da Fazenda até 2002. Poubel esteve à frente da SFC por oito anos.

### CORREGEDORIA

O Decreto-Lei 4.113, de 5 de fevereiro de 2002, transferiu a SFC da estrutura do Ministério da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República. “Atribuo a mudança para a Casa Civil como um alargamento da pauta do controle sobre os diversos ministérios”, avalia Agapito.

Esse dispositivo foi substituído em menos de um mês pelo Decreto 4.177, de 28 de março de 2002, que cria a Corregedoria-Geral da União na estrutura da Casa Civil da Presidência da República. “Foi um período tumultuado, no entanto, de muito aprendizado”, conta Agapito. Para ele,

a criação da Corregedoria-Geral da União “não fazia sentido”. “Para nós, a Controladoria é que tinha o papel de olhar o todo, enquanto a Corregedoria apenas o de corrigir uma fração do todo”, afirma.

### CGU

Criada pela Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, a Controladoria-Geral da União (CGU), além de incorporar a SFC com suas funções operacionais, passa a ser o órgão central do Sistema de Controle Interno.

Mas antes mesmo da criação da CGU, os servidores já pensavam em como ampliar o leque de trabalho. “Essa estrutura que temos hoje é resultado do exercício prático de todas essas experiências acumuladas. Fomos sentindo a necessidade de criação das novas funções à medida que íamos vivenciando as experiências”, revela Agapito.

A criação do Portal Transparência, por exemplo, surgiu a partir da necessidade de dar acesso aos dados contábeis. Agapito, que foi secretário Federal de Controle (SFC) da CGU por 12 anos, afirma que essa foi umas das primeiras preocupações depois da criação da CGU. Atualmente, o órgão está estruturado em quatro unidades finalísticas que atuam de forma articulada em ações organizadas entre si: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e Ouvidoria-Geral da União (OGU).

### REESTRUTURAÇÃO

A busca por melhores condições de trabalho aumentou proporcionalmente à incorporação de novas funções. A ampliação da pauta nas finanças públicas, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como no controle, com o aumento



**A Medida Provisória 726 de 2016, convertida na Lei 13.341 de 29 de setembro do mesmo ano, extinguiu a CGU e criou o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Em menos de um ano, com a publicação da MP 782 de 31 de maio de 2017, a pasta sofre outra alteração de nomenclatura e passa a se chamar Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.**



## Que fique claro: o Técnico não perdeu o nível superior, ele não conseguiu ainda”

Fundador do Unacon, José Alves Sena é uma das figuras mais atuantes da história da carreira de Finanças e Controle

das fiscalizações contra o desperdício público e com o combate à corrupção, resultou em novas atribuições dos cargos exigindo uma reestruturação da carreira de Finanças e Controle. A mais recente foi contemplada pela Lei 13.327, de 29 de julho de 2016.

Antes da publicação desse dispositivo, as atribuições dos cargos da carreira de Finanças e Controle estavam previstas apenas na antiga Portaria SEDAP 1.067/1988. O artigo nº 22 da Lei 9.625/1998 também previa, resumidamente, algumas atribuições do cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle (na época Analista). A nomenclatura dos cargos também foi alterada e os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle passam a ter a denominação de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle.

Desde 1987, essa é a transformação mais profunda já provocada nos cargos, envolvendo a nomenclatura e atualização das atribuições. No entanto, um eixo muito importante ficou de fora: a exigência de Nível Superior (NS) para ingresso no cargo de Técnico. O NS foi contemplado no Termo de Acordo assinado entre o Unacon Sindical e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e cumpriu todas as etapas de tramitação no Congresso Nacional. No entanto, o presidente Michel Temer descumpriu o Termo de Acordo e sancionou a Lei 13.327/2016 com veto ao artigo que trata do NS. “Que fique claro: o Técnico não perdeu o nível superior, ele não o conseguiu ainda”, afirma Sena. Além da exigência de Nível Superior (NS), a abertura

de concurso público para a atividade meio e a melhoria das tabelas salariais estão na pauta de fortalecimento do cargo de TFFC.

### RESPONSABILIDADE

A corrupção é o principal problema do país para 32% dos entrevistados na pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira – Problemas e Prioridades” realizada pelo IBOPE Inteligência em dezembro de 2016.

Se hoje a corrupção está entre os três principais problemas do país, boa parte da responsabilidade dessa percepção é da carreira de Finanças e Controle. Isso porque os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle sempre se destacaram no comprometimento pela construção de um país mais justo e eficiente.

Para Agapito, a transformação que a carreira está promovendo não tem volta. Otimista, ele acredita que a carreira ainda tem muito a contribuir para o aprimoramento da gestão pública, uma vez que a transparência, o acesso à informação e a maior participação social vão demandar cada vez mais respostas dos gestores.

### DESAFIO

Corresponder às necessidades de uma época com soluções inovadoras deve ser uma regra do serviço público. Tarefa que a carreira de Finanças e Controle desempenha com qualidade e eficiência. A pauta é extensa, mas é possível conhecer quais demandas sociais cada um dos principais marcos importantes da carreira atendeu e quais ainda estão pendentes de solução. ■

## DEMANDA

**UNIFICAÇÃO DOS RECURSOS**

Garantir maior economia operacional e racionalizar os procedimentos relativos à execução da programação financeira de desembolso.

**INFORMATIZAÇÃO**

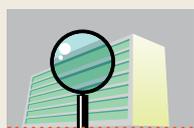
Centralizar os sistemas de programação financeira e orçamentária em um só lugar para garantir informações mais precisas e confiáveis.

**RETENÇÃO DE QUADROS**

Promover a manutenção do quadro de pessoal por meio da melhoria na remuneração. Logo no início da carreira, a evasão de servidores chegou a 80%.

**PARIDADE**

Acabar com as gratificações em percentuais diferenciados para os servidores ativos e aposentados da carreira de Finanças e Controle.

**CONTROLE INTERNO**

Desvincular a atividade de controle da STN, que também gere recursos para a União, para evitar possíveis conflitos de interesses.

**EQUILÍBRIO**

Impor o controle dos gastos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para evitar que os gestores assumam obrigações sem lastro econômico-financeiro.

**SUSTENTABILIDADE**

Equacionar, de forma eficiente e sustentável, os desequilíbrios intertemporais entre receitas e despesas.

**COMBATE À CORRUPÇÃO**

Combater e prevenir possíveis fraudes e corrupções no âmbito do Poder Executivo, e aprimorar a gestão das políticas públicas do Governo Federal.

## SOLUÇÃO

**CONTA ÚNICA**

Permitiu maior eficácia no controle do fluxo de caixa do Governo Federal e agilizou os processos de transferência, descentralização financeira e os pagamentos a terceiros.

**SIAFI**

Informatizou o controle dos processos de execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública.

**GDP**

Melhorou a remuneração dos servidores. A evasão de 59% em 1993, diminuiu para 13% em 1994, ano de criação da Gratificação por Desempenho de Produtividade.

**SUBSÍDIO**

Garantiu a paridade e a equiparação salarial entre ativos e aposentados por meio da reestruturação da composição remuneratória da carreira.

**SFC**

Incorporou a atividade de controle e auditoria dos recursos relativos à programação e administração financeira e da dívida.

**LRF**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu parâmetros de preservação da situação fiscal dos entes federativos por meio de uma gestão responsável e transparente.

**GESTÃO DA DÍVIDA**

Unificou, por meio de sistemas e processos, a emissão primária de Títulos Públicos Federais do Tesouro Nacional, mediante planejamento estratégico e operacional.

**CGU**

É o órgão central dos sistemas de Controle Interno do Poder Executivo Federal que promove a defesa do patrimônio público e o incremento da transparência da gestão.

## Em andamento...

**PROTEÇÃO DOS SERVIDORES**

Estabelecer garantias especiais aos servidores que exercem atividades exclusivas de Estado, diante da previsão de mecanismos de exoneração de servidor.

**NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

Reduzir a incidência de greve no funcionalismo e evitar a judicialização de questões que podem ser resolvidas na mesa de negociação.

**ARTIGO 247**

Regulamenta, por meio de projeto de lei, as atividades exclusivas de Estado, conforme previsto no artigo 247 da Constituição Federal.

**PL 3.831/2015**

Soluciona conflitos no âmbito da Administração Pública por meio da regulamentação da negociação coletiva na administração pública.



## Linha do tempo ///

**10 de  
março de  
1986**

O Decreto 92.452 cria a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Funcionários do Serpro, Banco do Brasil e do Banco Central são cedidos para a nova Secretaria.

**23 de  
julho de  
1987**

Por meio do Decreto-Lei 2.346, artigo 1º, “ficam criados, no Ministério da Fazenda, os cargos de Analista de Finanças e Controle, de nível superior, e de Técnico de Finanças e Controle, de nível médio, constantes do Anexo I deste decreto-lei”.



**novembro  
de 1987**

O Decreto 95.076 estabelece a transposição dos servidores para a carreira de Finanças e Controle e cria critérios específicos para progressão funcional. A aprovação em um curso de aperfeiçoamento era um dos requisitos.  
“Art. 2º Serão transpostos para a carreira de

Finanças e Controle os servidores de órgãos e entidades da Administração Federal que, comprovadamente, estavam lotados ou em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda ou nos Órgãos Setoriais ou equivalentes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, em 23 de dezembro de 1986”, reza o dispositivo.

**abril  
de 1988**

Servidores fundam a Associação Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Associação).

**1989**

É realizado o primeiro concurso para a carreira de Finanças e Controle, com 229 vagas para o cargo de Auditor (na época Analista). O certame foi promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o curso de formação teve 8 meses de duração.

**maio de  
1989**

Servidores fundam o Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Sinatetic) após a promulgação da Constituição de 1988, que permitiu a organização sindical de funcionários públicos.

**1990**

A Lei 7.995, de 9 de janeiro, fixa vencimentos e gratificações para os cargos. A remuneração básica dos Auditores (na época Analistas) e Técnicos era muito baixa, resultando na evasão dos quadros da carreira recém-criada.

## Linha do tempo

**1991**

Lei 8.270, de 17 de dezembro de 1991, dispõe sobre reajuste e reestrutura a tabela de vencimentos. É fixado como limite superior de vencimento o valor de Cr\$ 623.352,00 para a carreira.

**1992**

O Decreto 434, de 24 de janeiro, cria critérios para o provimento dos cargos da carreira. "Será feito mediante aprovação em concurso público, a realizar-se em duas etapas, ambas de caráter eliminatório", versa o artigo 1º. O dispositivo também confere à Esaf a função de promover os concursos e os cursos de formação da carreira.

**1992**

A Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto, cria a Gratificação de Planejamento, Orçamento e Finanças e Controle.



**março de 1994**

Carreira inicia movimento grevista por melhores bases salariais e melhores condições de trabalho. Foram 42 dias de greve, que terminou após negociações com o então secretário do Tesouro, Murilo Portugal.

**abril de 1994**

Medida Provisória 480 cria, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria Federal de Controle (SFC).



**1994/1995**



Como resultado das negociações, a Gratificação de Desempenho e Produtividade (GDP) é concedida aos servidores da carreira por meio da Medida Provisória 745. O dispositivo, que tem força de lei, passa a valer imediatamente. A remuneração variável era estipulada de acordo com o cumprimento de metas institucionais (50%) e individuais (50%) e representava até 70% da remuneração total.

**1995**



O concurso para provimento dos cargos da carreira no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria Federal de Controle passam a ser realizados separadamente. Os novos certames preveem prova discursiva, idioma (inglês) e avaliação de títulos.

**abril de 1998**

Lei 9.625 versa, resumidamente, sobre as atribuições do cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle (na época Analista). A legislação mantém a GDP.

**fevereiro de 2001**

Medida Provisória 2.136-35, de 23 de fevereiro, reestrutura e organiza as carreiras do Grupo de Gestão (atual Ciclo de Gestão), extingue a GDP e cria a Gratificação de Atividade do Ciclo de Gestão (GCG).

**fevereiro de 2001**

Lei 10.180 consolida os sistemas de Administração Financeira e Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sendo a STN e a SFC os respectivos órgãos centrais.

**março de 2001**

Decreto 3.762, de 5 de março, regulamenta a GCG. A nova fórmula limita a remuneração variável a 50% do vencimento básico, sendo 20% referentes às metas institucionais e 30% às metas individuais.

**março  
de 2002**

A Secretaria Federal de Controle Interno e a Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça — e suas respectivas competências — são transferidas para a Corregedoria-Geral da União por meio do decreto 4.177, de 28 de março.

**agosto de 2002**

Decreto 4.321, de 5 de agosto, transfere 3 mil cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle (na época Analista) e 2 mil de Técnico Federal de Finanças e Controle do quadro de pessoal do Ministério da Fazenda para a Controladoria-Geral da União.

**2002**

Segmentação do concurso por áreas de conhecimento, na STN.

**maio de 2003**

É criada a Controladoria-Geral da União por meio da Lei 10.683. Desde essa época, o órgão já tinha o propósito de promover a defesa do patrimônio público e de combater a fraude e a corrupção no âmbito do Poder Executivo Federal.



**2005**

Alocação dos servidores por perfil, na STN.

**2008**

São instituídos, no âmbito da STN e da CGU, grupos de trabalho para formulação de proposta de reestruturação da carreira de Finanças e Controle. O esforço conjunto resultou no anteprojeto de transformação da carreira.

**junho  
de 2006**

Após 15 meses de negociação, Governo concede reajuste de 34,7%.

**agosto de 2012**

Após paralisação, servidores reverterem intenção inicial do Governo em conceder reajuste zero e conquistam 15,8% de recomposição.

**dezembro  
de 2008**

Lei 11.890, de 24 de dezembro, reestrutura a composição remuneratória da carreira. Os servidores passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, o que garante a paridade entre ativos e aposentados.

**Revitalização  
da Carreira**

**2015**

Após meses de negociação salarial, Unacon Sindical assina acordo com o Planejamento. Além de garantir 27,9% de recomposição em 4 anos, o Termo de Acordo contempla os principais eixos do anteprojeto de transformação da carreira de Finanças e Controle.

**2016**

Lei 13.327 consolidou, em parte, a reestruturação da carreira de Finanças e Controle. O presidente Michel Temer descumpriu o Termo de Acordo assinado entre o Unacon Sindical e o Planejamento e vetou o artigo que previa a exigência de Nível Superior (NS) para ingresso no cargo de Técnico. Alteração da nomenclatura dos cargos de Analista (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC) para Auditor (AFFC) e Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC), e a definição das atribuições dos dois cargos em lei são contempladas.



Raio X ///

Total de servidores **5.566**

**POR GÊNERO**



Feminino  
(2.455)

Masculino  
(3.111)

**POR CARGO**



Auditor  
(3.891)

Técnico  
(1.675)

**POR SITUAÇÃO DE VÍNCULO**



Ativos  
(3.189)

Aposentados  
(2.377)

**SERVIDORES ATIVOS 3.189**

**POR CARGO**



Auditor  
(2.630)

Técnico  
(559)

**POR GÊNERO**



Feminino  
(979)

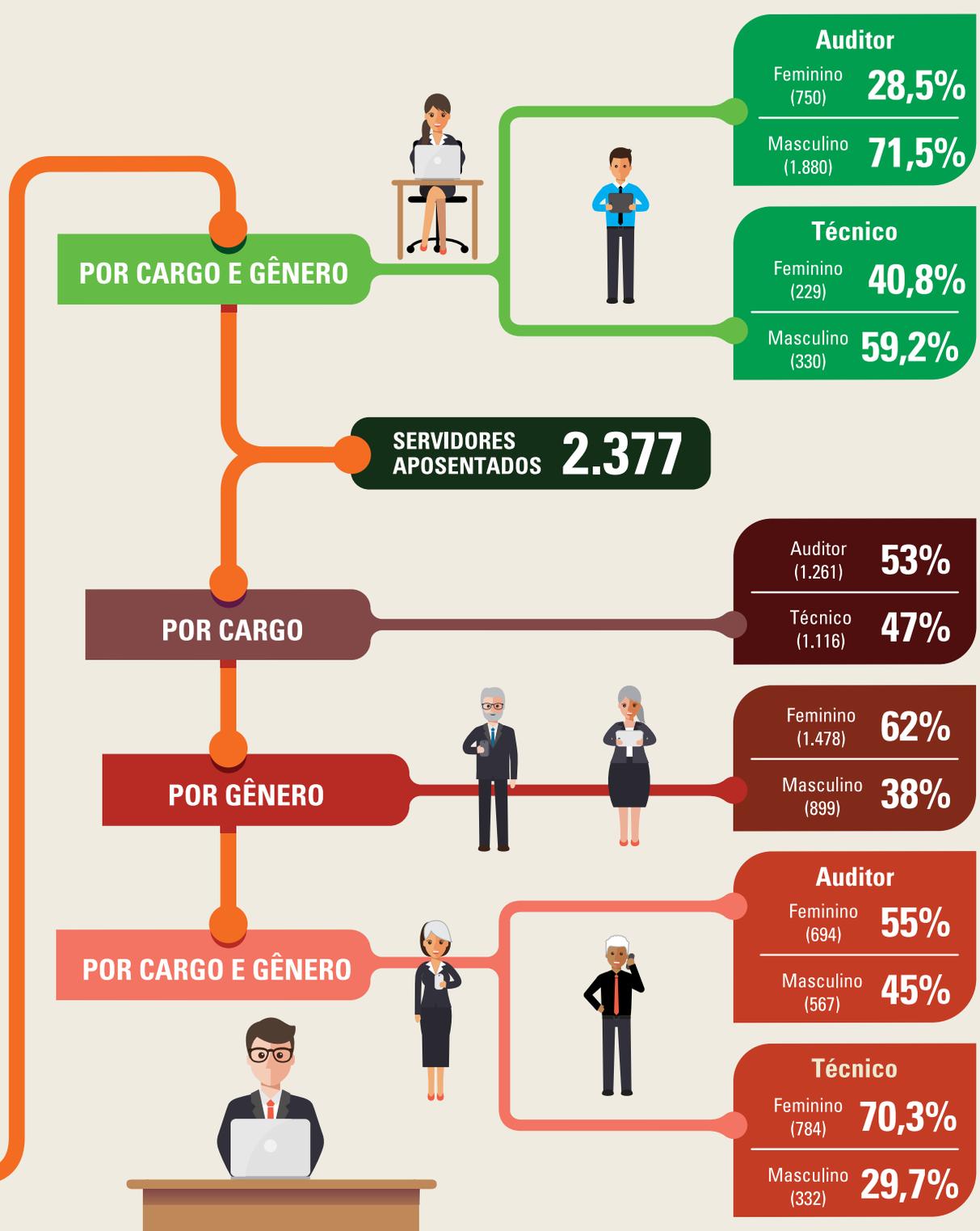
Masculino  
(2.210)

### Distribuição de servidores ativos por faixa etária

(Dados baseados nas informações da CGU e da STN)

	Feminino	Masculino	TOTAL
+ 50	255	576	831
45-50	142	366	508
40-45	194	390	584
35-40	163	406	569
30-35	117	277	394
25-30	47	109	156

44,1%  
55,9%  
69,9%  
30,1%  
57,3%  
42,7%  
82,4%  
17,6%  
30,7%  
69,3%



### Quadro de Pessoal

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>AFFC</b>	1.929	2.113	2.258	2.356	2.295	2.241	2.426	2.416	2.660	2589	2.630
<b>TFFC</b>	1.119	1.085	1.206	1.167	1.062	960	864	741	658	608	559
<b>TOTAL</b>	3.048	3.198	3.464	3.523	3.357	3.201	3.290	3.159	3.318	3.197	3.189

27,3%  
16,7%  
19,2%  
18,7%  
13%  
5,1%

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - janeiro/2017



# Mulheres no Controle e nas Finanças

Auditoras e Técnicas destacam-se na atuação contra a corrupção e na gestão das contas públicas

**E**las representam 44% do total de servidores da carreira de Finanças e Controle. Entre os ativos, o percentual é menor, apenas 30% do efetivo da carreira é do sexo feminino. Mesmo assim, as Auditoras (AFFC) e Técnicas Federais de Finanças e Controle (TFFC) têm se destacado na atuação contra a corrupção e na gestão das contas públicas.

A secretária de Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), Claudia Taya, é um dos perfis em destaque. Auditora Federal de Finanças e Controle (AFFC) desde 2006, Claudia atuou como subsecretária de Transparência do Distrito Federal (DF) de 2011 a 2013. Em sua passagem pelo Governo do DF, trabalhou para instituir o Portal da Transparência e buscar avanços na legislação de acesso à informação no âmbito distrital. De volta à CGU, atuou como diretora de Prevenção da Corrupção da antiga SPCI (atual

STPC) e, em 2016, foi convidada a assumir a pasta. Para ela, o preparo emocional é um dos requisitos essenciais para ocupar um cargo de chefia.

“Ser mulher nesse ponto é interessante porque aliamos tudo isso com a sensibilidade e a intuição, que são igualmente importantes quando se lidera uma equipe”, observa Claudia.

O comprometimento com a missão institucional do órgão é outro ponto essencial apontado pela secretária de Transparência. Neste quesito, a coordenadora das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Sarah Tarsila Andreozzi, é um dos bons exemplos.

Servidora da carreira desde 2008, Sarah trabalha, atualmente, em mudanças no Programa de Ajuste Fiscal (PAF). “É, basicamente, trocar o pneu com o carro andando, ou seja, entregar os produtos do PAF antigo



## Representatividade

e fechar todos os documentos do novo PAF”, conta.

Antes de se tornar coordenadora, a auditora atuou como gerente de projeto e ajudou a fundar uma nova coordenação no âmbito da Corem, com o objetivo de atender os estados e municípios de maneira mais eficiente. “Algumas demandas não tinham espaço para serem atendidas na estrutura existente, então começamos a pensar em uma área para suprir essa necessidade. Com o remanejamento de DAS de outras áreas e com uma equipe enxuta, começamos a entregar esses novos produtos”, relata Sarah.

Outro exemplo de comprometimento vem do norte do Brasil. Ana Luiza Caverzan se dedica, atualmente, a trabalhos investigativos no Núcleo de Ações Especiais (NAE) da CGU no estado do Pará (PA). A AFFC, que é especialista em Auditoria e Mecanismos de Regulação em Saúde, acaba de deixar o cargo de superintendente da CGU/PA, após ter completado o tempo máximo de permanência no posto. Assumir a Superintendência do estado, “foi o maior desafio da minha carreira até aqui”, destaca ela.

### DE VOLTA ÀS ESTATÍSTICAS

Durante o período que atuou como chefe, Ana conta que a predominância masculina entre os servidores da ativa ficou mais perceptível. “Como chefe, por vezes, ficava desconfortável por quase sempre ser a única de saia entre tantos ternos e gravatas”, relata. Essa impressão também é compartilhada por suas colegas.

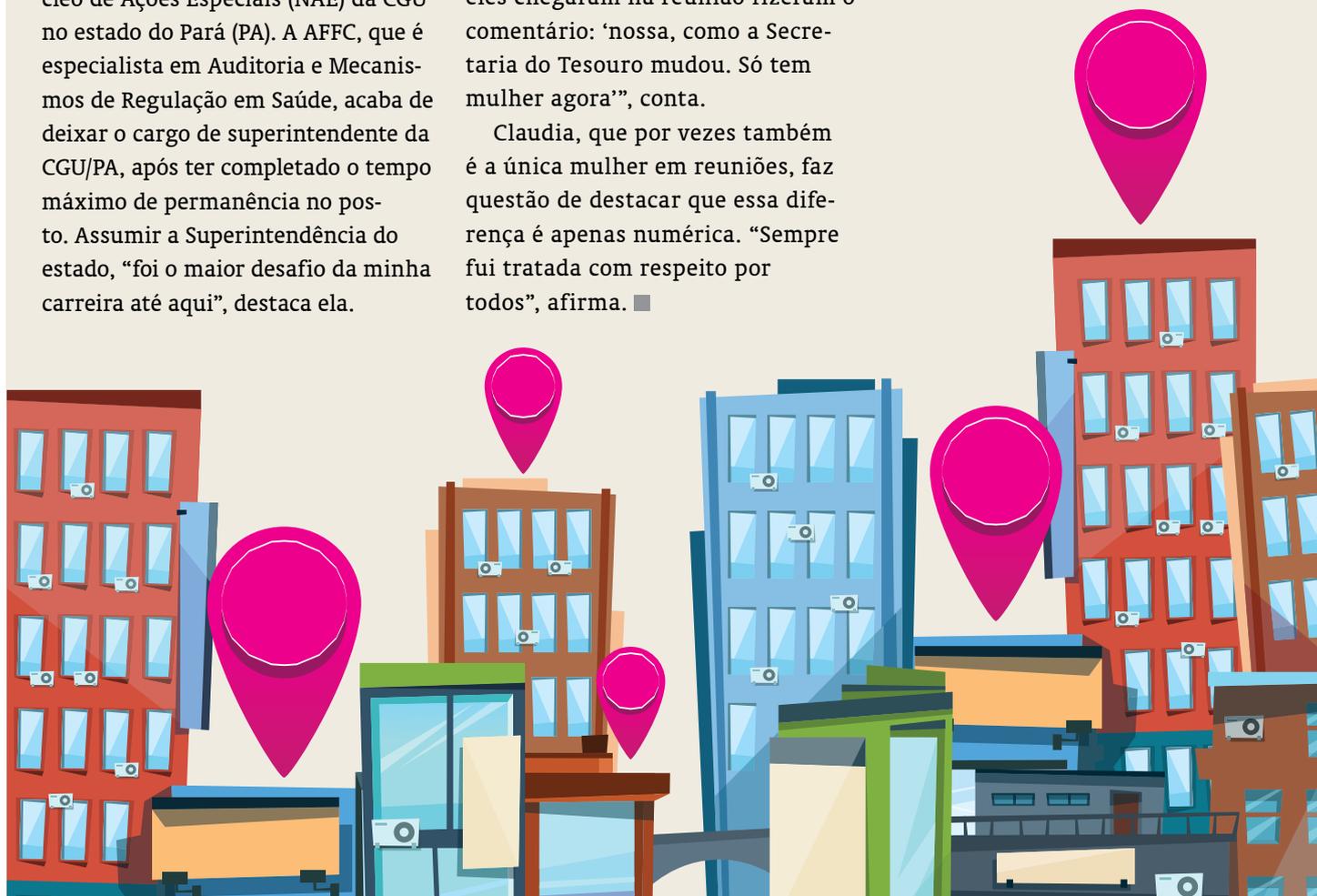
“Não é incomum ser a única mulher em algumas reuniões”, afirma Sarah, que observa, no entanto, que tem percebido mudanças nesse cenário. “Estávamos eu, a gerente da Corem, Gabriela Guerra, a subsecretária de Contabilidade, Pricilla Santana, e a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, recebendo uma equipe de outro estado. Assim que eles chegaram na reunião fizeram o comentário: ‘nossa, como a Secretaria do Tesouro mudou. Só tem mulher agora’”, conta.

Claudia, que por vezes também é a única mulher em reuniões, faz questão de destacar que essa diferença é apenas numérica. “Sempre fui tratada com respeito por todos”, afirma. ■



**Ser mulher nesse ponto é interessante porque aliamos tudo isso com a sensibilidade e a intuição, que são igualmente importantes quando se lidera uma equipe”**

**Claudia Taya, secretária de Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU)**





**Sarah Tarsila  
Andreozzi**

Aos 33 anos, Sarah já está há 9 anos na carreira de Finanças e Controle. A brasileira formada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) é, atualmente, coordenadora das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) do Tesouro. Feliz com o atual momento profissional, ela conta que já foi preciso lidar com situações desagradáveis. “No começo da minha carreira, um coordenador me disse que eu não deveria ter muitas perspectivas de crescimento porque estava na idade de conseguir um namorado para casar e ter filhos”, recorda.

Hoje, para além da rotina profissional, Sarah frequenta aulas de mestrado na UnB, faz academia, cuida de seus dois cachorros e prepara a casa para a chegada de seu primeiro filho. Para as colegas, que ainda estão no início da carreira, deixa um recado: “Não se deixe limitar pela visão distorcida, de alguns poucos, de que mulher não pode ter uma carreira sólida e uma vida familiar”.



**Ana Luiza  
Caverzan**

Apesar de ter nascido na Terra da Garoa, Ana Luiza mora em Belém desde os 10 anos de idade. Médica por formação, a Auditora Federal de Finanças e Controle (AFFC) de 34 anos conta que a vocação profissional foi identificada ainda na infância. “Meus pais são médicos e optei pela medicina desde muito cedo”. Mesmo com a tradição familiar, após dois anos atuando na área, Ana prestou concurso para AFFC. “Passei no concurso quase que por acidente”, brinca.

O trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral da União encheu os olhos da médica. “Me surpreendi com a inigualável missão da CGU desempenhada com excelência por seus servidores”. E, desde de então, seu conhecimento tem sido empenhado no controle dos gastos públicos. Para descrever a rotina fora da repartição, ela, que é mãe de um bebê de 1 ano, escolhe um poema de autoria desconhecida. “Parede riscada. Brinquedos no chão. Quarto bagunçado. Farelos de pão...”

## Entrevista **Claudia Taya**



Orgulho. É assim que a secretária de Transparência e Prevenção à Corrupção, Claudia Taya, descreve o sentimento de fazer parte da equipe da CGU.

Para falar um pouco mais do trabalho desenvolvido, rotina e trajetória, Claudia nos concedeu entrevista. Confira o resumo.

### **Como equilibrar a vida pessoal e profissional?**

A rotina de secretária é intensa e geralmente recheada de reuniões. Mas, como dizia meu velho pai: “trabalho é meio de vida e não de morte”. Eu sempre trouxe isso comigo e acho que só somos com-

pletos se também tivermos tempo para a família, amigos, lazer e atividades físicas. Então, procuro correr, andar de bicicleta ou mesmo de patins. Sempre encontro com minhas amigas e passo os finais de semana com a família. Nos feriados, geralmente vou pescar e adoro viagens de aventura nas férias.

### **Quais são as principais atividades desempenhadas por você, enquanto secretária?**

A STPC é responsável pelas políticas de integridade, transparência e acesso à informação, prevenção primária, além da representação do Brasil nos fóruns internacionais contra a corrupção. Dessa forma, estou à frente de vários projetos e iniciativas que envolvem os diversos atores externos, além do próprio Governo Federal numa atuação em rede. O Portal da Transparência do Governo Federal e o

“Um por Todos e Todos Por Um! Pela Ética e Cidadania!”, desenvolvido em parceria com Instituto Maurício de Sousa, estão entre esses projetos.

### **Dentre as frentes de atuação da STPC, gostaria de destacar alguma?**

Acredito bastante no trabalho de prevenção primária que realizamos, principalmente com as crianças. Trabalhar a ética e a cidadania com esse grupo é mudar uma geração e exercer a verdadeira prevenção à corrupção. Sempre me emociono quando leio os relatos dos alunos que passam pelo programa que temos com o Instituto Maurício de Sousa. Eles despertam para uma vida em sociedade e respeito à coletividade. Isso sim faz a diferença e esperamos estar contribuindo para um mundo verdadeiramente melhor e mais ético. ■



Foto: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

# Andréa Calabi

Primeiro secretário do Tesouro  
relembra criação da carreira de  
Finanças e Controle

“Um pé na porta”. Assim o primeiro secretário do Tesouro Nacional, Andréa Sandro Calabi, intitula o episódio que culminou na criação da carreira de Finanças e Controle. Era julho de 1987, o país enfrentava uma grave crise econômica. O então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira, seguia para uma reunião com o presidente da República, José Sarney, com o objetivo de debater medidas de contenção de gastos para controle do déficit. Na ocasião, servidores que trabalhavam no Tesouro concluíram a exposição de motivos e a minuta do decreto-lei para a criação de uma carreira própria e insistiram para que Bresser-Pereira apresentasse o material ao presidente, durante a audiência. “Quando ele voltou havia uma ansiedade minha e de outras pessoas da equipe para saber se a criação da carreira havia sido aprovada”, conta Calabi.

A resposta, no entanto, não foi a esperada. “O ministro Bresser, muito responsavelmente eu diria, afirmou: ‘olha discutimos tanto contenção de gastos que eu não tive coragem de apresentar ao presidente a criação de uma carreira’”, continua Calabi. A reação veio de imediato e, após externar sua “grande frustração”, o então secretário da STN pegou o material e seguiu para o Palácio do Planalto. Chegando lá, subiu para o terceiro andar e anunciou sua intenção de falar com Sarney. “Tive sorte porque estava terminando uma audiência e o ajudante de ordens, um capitão da Marinha que me conhecia, me deixou entrar”, conta. Diante do presidente Sarney, Calabi defendeu: “Isso é muito importante, constrói o bem do Brasil. Pode assinar, pois é uma carreira que contribui para controle fiscal e não para o aumento dos gastos”, relembra. O presidente olhou para alguém que estava ao lado, provavelmente o ministro da Casa Civil à época, e disse: “Esse Calabi nunca nos deu problema, então

vou aprovar”, conclui ele, ao lembrar o episódio.

As boas novas foram motivo de muita comemoração na Secretaria do Tesouro Nacional e para falar dos 30 anos da carreira de Finanças e Controle ninguém melhor do que um dos protagonistas dessa história. Calabi, que atualmente é conselheiro de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), concedeu entrevista ao Finanças & Controle. Confira os principais trechos da conversa a seguir.



**A motivação, que era partilhada pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, vinha da necessidade de criar uma instituição (STN) forte, independente, com carreira própria, semelhante ao que já existia na Secretaria da Receita Federal”**

**F&C – O senhor, enquanto primeiro secretário do Tesouro, atuou decisivamente para a criação da carreira de Finanças e Controle. Quais motivações levaram à elaboração de uma carreira própria?**

**Calabi:** A motivação, que era partilhada pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, vinha da necessidade de criar uma instituição (STN)

forte, independente, com carreira própria, semelhante ao que já existia na Secretaria da Receita Federal. A criação da carreira era parte, evidentemente, da percepção de se criar uma base do lado do gasto tão inteligente, bem estruturada, moderna, equipada e funcional quanto do lado da receita. Então, na verdade, toda a intenção e motivação dos estudos que anteciparam a criação da STN e depois da carreira era, no fundo, uma defesa do Tesouro, que se inseria numa visão mais ampla de políticas fiscais responsáveis e consistentes,

para a qual era fundamental um corpo técnico de boa formação, boa origem, bem concursado e com todas as características de funcionários públicos de boa carreira. Era clara, portanto, a necessidade da carreira para a estabilidade e permanência da Secretaria do Tesouro Nacional, por um lado, e do Sistema de Controle Interno, por outro.

**F&C – Conte-nos como surgiu o “embrião” do decreto-lei que instituiu a carreira.**

**Calabi:** Os estudos de criação da carreira começaram a se desenvolver logo no início de 86, uma vez criada a STN. Antes disso, o foco era a criação da instituição. A STN foi criada com forte apoio de funcionários de excelente origem – Receita Federal, Banco do Brasil, Serpro e Banco Central, fundamentalmente. Então, tivemos condições de buscar dentro das assessorias do ministério da Fazenda, do Planejamento e desses órgãos pessoas que se envolveram nos estudos e na constituição da STN. Pouco depois, ficou clara a necessidade de criação da carreira própria. Na verdade, desde o início isso era evidente, mas estávamos procurando o momento mais apropriado. Vários estudos foram feitos, preparamos as perspectivas da carreira e as tabelas remuneratórias.

**F&C – Após a assinatura do decreto-lei, quais foram os próximos passos?**

**Calabi:** Havia duas grandes questões. Uma era a preparação do concurso, que envolvia definir as pré-condições, como densidade de cada área de conhecimento (contábil, jurídica, financeira, etc.), por exemplo. A outra era como incorporar as equipes que já estavam trabalhando no Tesouro, que atuaram no desenvolvimento inicial da instituição ao longo do ano de 1986 e começo de 87. A intenção era



**Gostaria de parabenizar a carreira, que tem exercido com êxito suas tarefas, e dizer que meu coração bate junto com o coração e a vontade dos servidores, no sentido de fortalecimento das funções exercidas”**

permitir que esses profissionais participassem do concurso, valorizando assim o trabalho desempenhado em prol da instituição. Então, essas eram as duas principais preocupações: não ter uma renovação total das equipes que estavam trabalhando e lançar um concurso para a carreira.

**F&C – 30 anos depois, como você avalia o processo de evolução da carreira de Finanças e Controle?**

**Calabi:** Antes, a preocupação era institucionalizar um sistema capaz de selecionar e reter quadros de alto nível técnico, que pudessem consolidar o instrumento de defesa do Tesouro Nacional. Hoje, com muito orgulho, eu vejo que isso foi consolidado. A visão que eu tenho é que os servidores da carreira têm boa origem, do ponto de vista de concurso, têm boas bases salariais – em tese deveriam ser mais equivalentes às



Foto: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

da Receita Federal – e têm também proteção da estabilidade do serviço público, que é uma condição relevante para tomar decisões independentes no controle e na gestão.

É preciso destacar a importância dessa carreira e das organizações, onde esse trabalho se desenvolve. Não se pode deixar de mencionar que a carreira de Finanças e Controle não se volta apenas para a defesa de seus participantes, mas como um todo, inclusive quando atua na

defesa dos servidores, é um instrumento de equilíbrio fiscal externo. Se perder essa visão do todo, ficará menor.

**F&C – Que mensagem você deixa para os servidores da carreira?**

**Calabi:** Gostaria de parabenizar a carreira, que tem exercido com êxito suas tarefas, e dizer que meu coração bate junto com o coração e a vontade dos servidores, no sentido de fortalecimento das funções exercidas. ■



# Na Estante

Carreira de Finanças e Controle é destaque na publicação de livros especializados

**M**etodologias, estudos e reflexões. Estas são as características centrais da coletânea de livros publicados pela carreira de Finanças e Controle. Além de apresentar boas práticas para consulta de agentes públicos e empresas privadas, as obras também cumprem com o papel fundamental de munir os cidadãos de informações seguras sobre temas como contabilidade governamental, economia, finanças públicas, orçamento público e combate à corrupção.

O interesse pelo controle social é cada vez maior. O Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC) Valdir Agapito aponta que esse fenômeno é motivado pela percepção de má gestão e falta de controle compartilhada por todos os brasileiros. “Estamos vivendo um momento de maior participação em todos os níveis”, afirma.

Alinhado a esse movimento, o conhecimento impresso na produção literária de profissionais qualificados e comprometidos, antes restrito ao meio acadêmico, agora pode ser facilmente encontrado nas prateleiras das melhores livrarias do país. Em uma época de grande apelo ao controle social, a popularização dessas publicações representa importante auxílio para conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, cidadãos e até para a imprensa.

“Como Combater a Corrupção em Licitações - Detecção e Prevenção de

Fraudes”, dos Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC) Franklin Brasil Santos e Kleberon Roberto de Souza foi elaborado com essa intenção.

Lançado em 2016, o livro apresenta as principais metodologias e estratégias que podem ser adotadas para detectar fraudes em licitações. “Em nossa experiência profissional, colecionamos casos recorrentes de irregularidades. Se mais gente souber como fiscalizar uma licitação e como implantar um programa de integridade, maiores são as chances de reduzir o problema”, explicam os autores.

A publicação não se limita em auxiliar o trabalho de agentes que atuam na supervisão das compras públicas. “O livro irá ampliar o debate e fortalecer, ainda, a atuação da população na sempre honrosa tarefa de combate à corrupção em todo o país”, apontam.

“Conselhos do Fundeb: Participação e fiscalização no controle social da Educação” do AFFC Marcus Braga também foi lançado com essa mesma tônica. Publicado pela editora Appris, o livro procura enxergar, nesse modelo de participação popular e de fiscalização realizado pelo Fundeb, um processo emancipatório de promoção da educação de qualidade em uma visão crítica e realista da temática.

Confira, na página ao lado, essas e outras obras que fazem parte do acervo de publicações da carreira. ■

**A Contratação na Administração Pública**

Autores: Paulo Ricardo Grazziotin Gomes, em parceria com Anderson Rubens de Oliveira Couto e Henrique Barros Pereira Ramos  
 Editora: Fórum • Ano: 2009

**A responsabilização de pessoas jurídicas à luz da Lei Anticorrupção empresarial**

Autor: Márcio de Aguiar Ribeiro  
 Editora: Fórum • Ano: 2017

**Auditoria, Contabilidade e Controle interno no setor público – 6ª edição**

Autor: Domingos Poubel  
 Editora: Atlas • Ano: 2016

**Auditoria Externa, Interna e Governamental**

Autor: Bernardo Cherman  
 Editora: Freitas Bastos • Ano: 2005

**Bandeira contra a corrupção e suas irmãs siamesas**

Autor: José Daniel de Alencar  
 Editora: LG • Ano: 2000

**Como combater a corrupção em licitações – Detecção e prevenção de fraudes**

Autores: Franklin Martins e Kleber Roberto de Souza  
 Editora: Fórum • Ano: 2016

**Conselhos do Fundeb: Participação e fiscalização no controle social da Educação**

Autor: Marcus Braga  
 Editora: Appris • Ano: 2015

**Contabilidade de Custos**

Autor: Bernardo Cherman  
 Editora: Ferreira • Ano: 2008

**Contabilidade Pública no Governo Federal**

Autores: Domingos Poubel e Leice Maria Garcia  
 Editora: Atlas • Ano: 2004

**Contabilidade sem Medo**

Autor: Ivana Paula de Oliveira Agostinho  
 Editora: Impetus • Ano: 2014

**Controladoria no Setor Público**

Autores: Marcus Braga, em parceria com Ana Carla Bliacheriene e Renato Jorge Brown Ribeiro  
 Editora: Fórum • Ano: 2016

**Controle Interno – Estudos e Reflexões**

Autor: Marcus Braga  
 Editora: Fórum • Ano: 2013

**Corrupção – Memórias de um cabra da peste**

Autor: José Daniel de Alencar  
 Editora: Ideal • Ano: 2011

**Curso de SIAFI – Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira**

Autores: Paulo Henrique Feijó, em parceria com Liane Ferreira Pinto, Francisco Glauber Mota e Louise Caroline Campos Löw  
 Editora: Gestão Pública • Ano: 2009

**Dívida Pública: a Experiência Brasileira**

Autor: Otavio Ladeira de Medeiros é um dos co-autores  
 Editora: STN • Ano: 2009

**Entendendo a Contabilidade Orçamentária aplicada ao Setor Público**

Autores: Paulo Henrique Feijó, em parceria com Jorge de Carvalho e Carlos Eduardo Ribeiro  
 Editora: Gestão Pública • Ano: 2015

**Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP**

Autores: Paulo Henrique Feijó, em parceria com os autores Antonio Carlos D'Ávilla, Carlos Eduardo Ribeiro e Jorge de Carvalho  
 Editora: Gestão Pública • Ano: 2015

**Entendendo Resultados Fiscais**

Autores: Paulo Henrique Feijó, em parceria com Antonio Carlos D'Ávilla, Carlos Eduardo Ribeiro e Jorge de Carvalho  
 Editora: Gestão Pública • Ano: 2015

**Finanças públicas – Administração financeira e orçamentária**

Autor: Euvaldo Marques  
 Editora: Saraiva • Ano: 2015

**Guia completo das Carreiras Públicas Federais**

Autor: Bruno Fracalossi  
 Editoras: Impetus e Ponto • Ano: 2015

**Introdução à Contabilidade - Teoria e Análise das Demonstrações Contábeis**

Autor: Gustavo Amorim Antunes  
 Editora: Gestão Pública • Ano: 2009

**Lei de Acesso à Informação: teoria e prática**

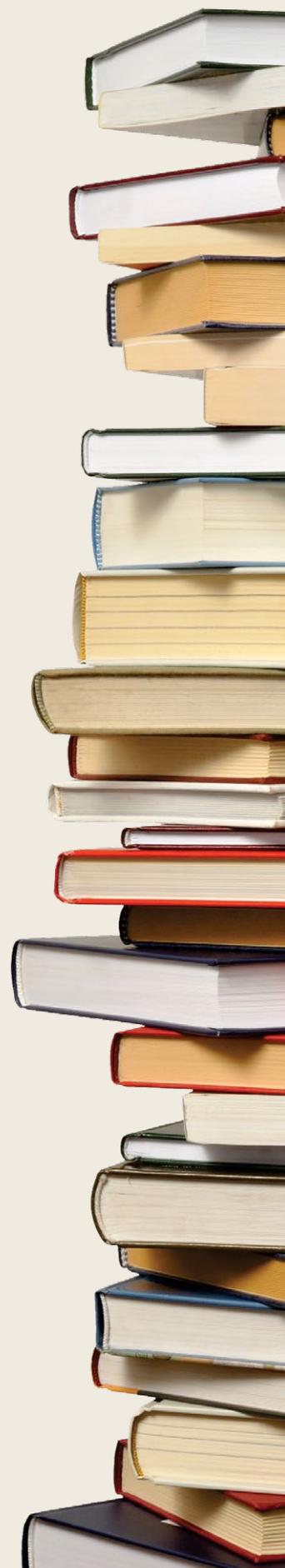
Autores: Marcio Camargo Cunha Filho e Vítor César Silva Xavier  
 Editora: Lumen Juris • Ano: 2014

**O acordo de Leniência na Lei Anticorrupção: Histórico, desafios e perspectivas**

Autores: Marcelo Pontes Vianna, em parceria com Valdir Moysés Simão  
 Editora: Trevisan • Ano: 2017

**Os sistemas de Controle Interno Federal, Estadual e Municipal**

Autor: José Daniel de Alencar  
 Editora: Escopo • Ano: 1989





**Entrevista/** Ivana Agostinho

# Contabilidade sem medo

**“M**eu papel aqui é o de abrir seu coração para deixar essa disciplina tão bacana fazer parte da sua vida!”, é o que a AFFC mineira Ivana Agostinho promete no prefácio do seu livro. Publicado em 2014 pela editora Impetus, “Contabilidade sem Medo” tem o objetivo de proporcionar um entendimento da lógica contábil de maneira suave e “sem traumas”. O livro é direcionado tanto para estudantes como para profissionais que necessitam do entendimento da contabilidade básica de maneira simples, clara e objetiva. A escritora é formada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e também especialista em Auditoria; Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos; e Administração de Recursos Humanos. Na entrevista ao lado,

ela conta um pouco da sua trajetória como professora e escritora.

## O que te levou a escrever “Contabilidade sem Medo”?

A ideia de desmistificar o aprendizado de contabilidade por meio da abordagem do conteúdo com linguagem clara e acessível.

## Como sua experiência em sala de aula contribuiu para este trabalho?

Meu livro é praticamente uma reprodução escrita das minhas aulas. Os alunos chegam a comentar que é como se estivessem ouvindo minha voz ao ler o livro.

## Quando começou a dar aula?

Iniciei a docência em contabilidade geral quando ainda estudava para concursos. Como não tenho formação na área, passei por alguma dificuldade

no início e resolvi superar. Fui convidada para trabalhar como “plantonista” no curso que era referência em Belo Horizonte. Me apaixonei pela sala de aula e pelos “feedbacks” que recebia dos alunos, principalmente quando se referiam ao fato de estarem “finalmente entendendo a tal da contabilidade”.

## Quem foram seus maiores incentivadores para a publicação do livro?

Minha família, meus alunos e ex-alunos, amigos e também o professor Vicente Paulo, do Ponto dos Concursos. Ele já acompanhava minha trajetória em sala de aula desde 2002 e me deu toda a estrutura para que se viabilizasse a produção desse livro.

## Poderia deixar uma mensagem de incentivo para os colegas que também querem publicar livros?

Dá trabalho, mas vale a pena! ■



Marcus Vinicius de Azevedo Braga

## Como falar de finanças sem controle, e vice-versa?<sup>1</sup>

**A**pós chegar do trabalho, cansado, sento-me para o ritual do “zapping” em frente à televisão, buscando limpar a mente, como se isso fosse possível, frente ao noticiário nacional cotidiano.

E nesse mudar treloucado de canais na busca do programa perfeito, vejo em um noticiário um servidor da carreira de Finanças e Controle sendo entrevistado, passando relevantes informações sobre o chamado “Tesouro Direto”, e num relance, já caio em outro telejornal com notícias sobre uma operação especial em parceria com a Polícia Federal, e eis lá, de novo, outro integrante da carreira, enfrentando uma horda de microfones sequiosos de notícias.

“– Carreira eclética essa, não?”, penso eu com meus botões...Nós surgimos da mesma cepa, e o mundo foi evoluindo, e com ele as discussões da governança pública, de amadurecimento do Estado brasileiro e da sua democracia, e isso tornou as nossas tarefas mais complexas, mais especializadas, suscitando questões relevantes nesse sentido.

Seriam estas funções, de finanças e controle, hoje interdependentes? Se complementam ou são apenas primos distantes que herdaram o mesmo DNA? Sobre essas indagações, de forma sucinta, traçarei algumas conside-

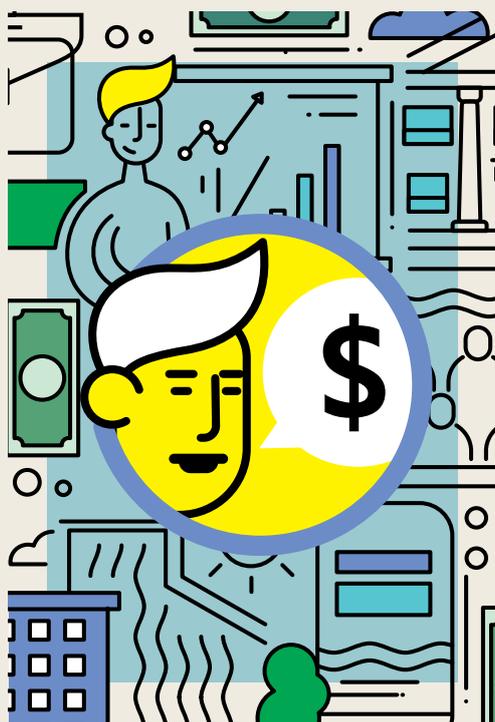
rações<sup>2</sup> nesse artigo alusivo aos trinta anos da Carreira de Finanças e Controle.

A questão das finanças públicas no Brasil amadurece de forma tardia, se comparada com outras funções, surgindo alguma coisa mais estruturada com a criação

da Contadoria Geral da República, pelo Decreto nº 15.210/1921, e posteriormente o Código Nacional de Contabilidade, em 1922. Curiosamente, não fruto de um esforço de organização da Administração Pública, e sim pelo fato de em 1914 o país ter encontrado dificuldades de contrair operações de créditos com os ingleses, pela falta de uma contabilidade que produzisse informações consistentes.

As diversas mudanças na Administração Pública, das ilhas de excelência na era Vargas, aos impulsos empreendedores de JK, influenciaram pouco a organização das finanças públicas, com avanços segmentados, e apenas em 1964, por meio da Lei nº 4.320/1964, e da reforma admi-

nistrativa promovida em 1967 por meio de Emenda à Constituição e Decreto-Lei, as funções contábeis da Administração Pública se robustecem um pouco mais, somando-se a elas funções no âmbito do controle interno administrativo, com a criação das Inspeções Gerais



1. Agradeço a gentileza dos servidores da Carreira de Finanças e Controle: Valdir Agapito, Marisa Pignataro, Fábio Prates e Carlos Henrique Ribeiro, pelas opiniões e sugestões dadas na versão quase final do presente artigo.

2. Para tal, as discussões se socorrerão das análises trazidas pelos emblemáticos trabalhos de Balbe (2013), Braga (2016), Castro (2009), Garcia (2011), Hage (2010), Olivieri (2010) e Santos (2013).

de Finanças, que juntaram funções de auditoria, contabilidade e finanças, com representações em ministérios.

Essa mescla sofre descontinuidade cerca de doze anos depois, com o Decreto nº 84.362/1979, que lança o controle interno para a seara do Ministério do Planejamento, apartando finanças e controle, em um desenho que dura até 1986, com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, no escopo do projeto de implementação do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e da conta única, reaproximando de novo a função controle interno das finanças públicas. Sístoles e diástoles da carreira.

Essa retomada financista, marcada pelo advento do Siafi, aproxima novamente a auditoria da contabilidade, e traz, em termos estruturais, o Decreto-Lei nº 2.346, de 23/07/1987, regulamentado pelo Decreto nº 95.076/1987, que cria a carreira de Finanças e Controle, com dois cargos, de técnico e analista, visando dar suporte ao controle interno e às inovações no âmbito das finanças, como o Siafi.

Como as coisas não são lineares, em meio a embates do modelo de controle interno patrocinado pelo Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas da União, surge, no âmbito da Constituição Federal de 1988, um artigo 74, que traz uma proposição de controle pautado no acompanhamento de programas e na gestão de administradores, com nítidas influências do gerencialismo, do *New Public Management*, e traços de um possível parlamentarismo.

Esses ventos da *novel* Constituição Federal retomam a trajetória de afastamento da função controle interno, agregando atribuições e modificando os arranjos institucionais desta, de forma que cabe destacar também a Medida Provisória nº 480/94 que, após múltiplas reedições, se tornaria a Lei nº 10.180/2001, vigente até os dias de hoje, e que organiza as funções do chamado “Ciclo de Gestão”, separando controle da contabilidade, afinado com a nova Carta Magna, tendo a emblemática criação da Secretaria Federal de Controle como baluarte da promoção de ações e inovações no âmbito do controle governamental.



**Uma carreira, dois cargos, dois órgãos, dois ethos...muita dualidade, as vezes na teoria, e pouco na prática, em especial em determinadas épocas nas unidades regionalizadas”**

Movimentações no conturbado final do segundo governo FHC, com decisões do TCU, e fusões de órgãos, mudanças de denominações, como a proposta de Corregedoria-Geral, levam o controle interno, e junto a ouvidoria e a corregedoria, para o âmbito da Presidência da República, em um processo que em 2003 toma nova roupagem, pela criação da Controladoria-Geral da União, órgão marcante no cenário nacional, que insuflado por promessas de participação popular do novo Governo, não só agrega novas funções ao controle interno, como traz questões modernas, que andam nas cabeças e nos acordos internacionais, como a transparência, o controle social, o conflito de interesses, o combate à corrupção, com protagonismo

no cenário nacional e tornando mais complexa e diversa a atuação dos servidores da carreira de Finanças e Controle.

Uma carreira, dois cargos, dois órgãos (STN e CGU), dois *ethos*...muita dualidade, as vezes na teoria, e pouco na prática, em especial em determinadas épocas nas unidades regionalizadas. Uma carreira, inclusive, com alto grau de exercício descentralizado, com integrantes nos ministérios, estados e municípios. E o que a princípio parece distante, mantém liames para além das denominações, como mecanismos de governança estratégica e de sustentabilidade das Políticas Públicas, dado que segregar as discussões das finanças públicas e da *Accountability* empobrece ambas as vertentes, distanciando as finanças da realidade, e as políticas da concretude das suas possibilidades.

Mais do que uma retórica para um texto comemorativo, essa linha tênue que liga as duas dimensões da carreira tem respaldo em um modelo reconhecido internacionalmente, o COSO® (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), movimento criado em 1985 nos Estados Unidos para fortalecer a governança das organizações, e que gerou conhecimento, materializado em *Frameworks*.

No famoso cubo do COSO, na parte superior, existem os objetivos da governança da organização, a saber: I) Objetivos operacionais, relativos à eficácia e à eficiência; II) Objetivos de divulgação, relacionados a informações financeiras e não financeiras às partes interessadas; e III) Objetivos de conformidade, vinculados à aderência às normas e regulamentos.

Esses três objetivos, que buscam equilibrar e integrar os rumos das organizações, abrangem a atuação da carreira, seja no Tesouro ou no hoje Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), dado que os objetivos operacionais se vinculam à atuação da auditoria que monitora as Políticas Públicas, bem como a atuação da STN no monitoramento de contas e metas financeiras.

Da mesma forma, os objetivos de divulgação permeiam a atuação da CGU pela Ouvidoria, como promotor da transparência e na produção pela STN de balanços e demonstrativos, na prestação de contas nas suas diversas dimensões, realizadas pelos dois órgãos.

Por fim, os objetivos de conformidade se ligam às auditorias, às ações de corregedoria, bem como nos aspectos do direito financeiro, concluindo essa breve análise pela harmonia da atuação da carreira, nos seus diversos *locus*, com um modelo consagrado de equilíbrio entre dimensões, pois apenas dar atenção a um aspecto, como nos mostra a história do país, pode trazer



prejuízos à sociedade, no presente e no futuro.

Faz-se necessário, após trinta anos, reconhecer e valorizar essa integração, por meio da institucionalização do diálogo, mas também pelo fortalecimento da auditoria financeira, e pela postura de que os cortes e suplementos de receita/despesa conversem com aspectos finalísticos, ampliando a discussão da hoje chamada de qualidade do gasto público, envolvendo avaliações, controle social, transparência e tantas outras questões modernas, como nos ensinam países mais amadurecidos.

Tantas tarefas, tantos saberes... Para isso, necessitam-se de servidores e servidoras capacitados, com visão, e isso encontramos hoje na carreira,

que chega aos seus trinta anos conduzindo tarefas de grande relevância no cenário nacional, como assim nos mostra os noticiários, as produções acadêmicas, as participações em eventos, os projetos e inovações profissionais, e que são motivo de orgulho para os que seguem nessa trajetória de finanças e controle. E vice-versa. ■

## REFERÊNCIAS:

- BALBE, Ronald da Silva. **Controle interno e o foco nos resultados**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.
- BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **A trajetória do Controle Interno do Poder Executivo Federal de 1964 a 2014: uma breve análise institucional desses 50 anos**. *Síntese*: Revista da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 11, n. 12, p.100-115, jan. 2016. Semestral.
- CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria e controle interno na administração pública**. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- GARCIA, Leice Maria. **Análise do controle interno do Poder Executivo Federal brasileiro sob a perspectiva de Pierre Bourdieu: história social como possibilidade de compreensão da produção e reprodução de práticas dos agentes**. 2011. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>>. Acesso em: 23.jul. 2017.
- HAGE, Jorge. **O governo Lula e o combate a corrupção**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- OLIVIERI, Cecília. **A lógica política do Controle Interno: O monitoramento das políticas públicas no presidencialismo brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2010.
- SANTOS, Romualdo Anselmo dos. **Institutionalising anti-corruption in Brazil: The path of Controladoria-Geral da União (CGU)**. 2013. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Department of Politics, University of Sheffield, South Yorkshire, 2013.



## Agradecimentos

**M**uitas pessoas colaboraram com essa revista. Em especial, alguns servidores que dedicaram horas do seu dia para lembrar a luta que resultou na criação e consolidação da carreira de Finanças e Controle.

Como já era esperado, essa imersão resultou em conteúdo\* que excede o que uma revista pode comportar. A seleção desse material não foi fácil. Com pouco tempo disponível para apuração e finalização da revista, algumas entrevistas inevitavelmente tiveram que ficar de fora.

No entanto, todos os relatos, sem exceção, ainda que suprimidos, foram fundamentais para o alinhamento do conteúdo. Por isso, não poderíamos deixar de registrar o nosso agradecimento a todos que atenderam nossas ligações, responderam nossos e-mails e nos receberam em casa ou no ambiente de trabalho, ou que de alguma outra forma colaboraram para a conclusão desta publicação comemorativa.

### A equipe de Comunicação do Unacon Sindical

Adilson Nascimento	Maria das Graças Maia
Ana Luiza Caverzan	Maria Paula de Souza
Andréa Sandro Calabi	Murilo Portugal
Claudia Taya	Nádia Maria de Souza
Daniel Pelles	Patrícia Gebrim
Domingos Poubel	Paulo Godoy
Elaine Bicalho	Pedro Turbay
Filipe Leão	Roberto Kodama
Gisele Maeda	Sarah Araújo
Ivana Agostinho	Simeí Spada
José Alves de Sena	Valdir Agapito
Júlio Possas	Valdirene Paes
Márcia Uchôa	Vladimir Lopes
Marcus Vinícius Braga	Waldemir Ranger

### Comissão Editorial da Revista dos 30 Anos da carreira de Finanças e Controle

Arivaldo Sampaio  
Luiz Roberto Machado  
Romualdo dos Santos  
Rudinei Marques

\* Todos os depoimentos são de inteira responsabilidade dos seus autores



Carreira  
de Finanças  
e Controle

30  
ANOS

**UNACON**  
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE